

POPULAÇÃO AFRO-MEXICANA:

Da luta pelo fim da escravização à existência no século xxi

AFRO-MEXICAN POPULATION:

From the struggle to end enslavement to existence in the xxi century

POBLACIÓN AFROMEXICANA:

De la lucha por el fin de la esclavitud a la existencia en el siglo xxi

Domingos Alves de Almeida

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense -UFF. Assessor de Comunicação do centro de Cultura Negra - Negro Cosme (CCN-NC)

domingosaa@id.uff.br

Recebido em: 15/01/2022

Aceito para publicação: 14/03/2022

Resumo

Com esta pesquisa temos como objetivo estudar os aspectos históricos e a conformação política, social e cultural da população afro-mexicana, tomando como recorte a população do Estado de Guerrero, localizado na costa oeste mexicana, que possui o maior percentual de negros/as em seu contingente populacional (6.5%). A investigação é realizada a partir da análise dos dados censitários do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) de 2015. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e os aportes da metodologia qualitativa-quantitativa no material levantado. Na fundamentação teórica recorremos a Césaire (2010), Andrews (2007), Segato (2010) entre outros, que nos dão suporte para tecer as discussões especializadas sobre esse tema. Como resultado, apontamos para uma realidade comum nos países da América Afro-Latina, a de negligência e apagamento das pessoas negras, apesar de suas existências saltarem aos olhos.

Palavras-chave: América Afro-Latina, México, negritude, apagamento.

Abstract

With this research, we aim to study the historical aspects and the political, social and cultural conformation of the Afro-Mexican population, taking as an outline the population of the State of Guerrero, located on the west coast of Mexico, which has the highest percentage of blacks in its contingents. population (6.5%). The investigation is carried out from the analysis of census data from the National Institute of Statistics and Geography (INEGI) in 2015. For that, we used as methodology the bibliographical research, documental research and the contributions of the qualitative-quantitative methodology in the collected material. In the theoretical foundation, we turn to Césaire (2010), Andrews (2007), Segato (2010) among others, who give us support to weave the specialized discussions on this topic. As a result, we point to a common reality in the countries of Afro-Latin America, that of the neglect and erasure of black people, despite the fact that their existence is obvious.

Keywords: Afro-Latin America, Mexico, blackness, erasure.

Resumen

Con esta investigación pretendemos estudiar los aspectos históricos y la conformación política, social y cultural de la población afro-mexicana, tomando como esquema la población del Estado de Guerrero, ubicado en la costa oeste de México, que tiene el mayor porcentaje de negros en su población (6,5%). La investigación se realiza a partir del análisis de datos censales del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) en 2015. Por tanto, se utilizó como metodología la investigación bibliográfica, la investigación documental y los aportes de la metodología cualitativo-cuantitativa en el material recolectado. En la base teórica, recurrimos a Césaire (2010), Andrews (2007), Segato (2010) entre otros, quienes nos brindan apoyo para tejer las discusiones especializadas sobre este tema. Como resultado, apuntamos a una realidad común en los países de afrolatinoamérica, la del abandono y borrado de los negros, a pesar de que su existencia es evidente.

Palabras clave: Afrolatinoamérica, México, negrura, borrado.

Introdução

Duerme, duerme, negrito. Que tu mama está en el campo negrito. Duerme, duerme, mobila. Que tu mama está en el campo, mobila. Te va traer codornices. Para ti. Te va a traer rica fruta. Para ti. Te va a traer carne de cerdo. Para ti. Te va a traer muchas cosas. Para ti.
(Mercedes Sosa – Duerme negrito)

Durante o ano de 2014, em uma experiência de intercâmbio na Universidad Anáhuac, campus de Cancún, Estado de Quintana Roo, na costa atlântica do México, um fato me chamou atenção durante uma conversa com a anfitriã que me recebeu naquele país. Ela é uma experiente militante social pela paz, e conversando sobre a política de cotas raciais para o ensino superior no Brasil, oficializada pela Lei 12.711/2012, e o grande número de pessoas que se declaravam negras no nosso país, ouvi dela que no México não houve escravização contra pessoas de ascendência africano. Minha reação foi de completa incredulidade, pois, a princípio, e eu viria a confirmar depois, essa afirmação pareceu deslocada da realidade histórica, considerando que na fronteira norte mexicana está um dos países que mais explorou mão de obra escrava – Estados Unidos, e ao sul estão várias nações com histórico escravocrata - Cuba, República Dominicana, Haiti e etc.

Essa percepção da minha anfitriã reflete o violento processo de apagamento da história escravocrata da América Latina, incluindo o México, e da invisibilidade dos descendentes de africanos que resistiram através do tempo, e que hoje lutam para serem reconhecidos e reparados pelos danos que sofreram, por terem sido arrancados de sua terra mãe – África – e escravizados nos países da região.

Na América Latina, maior diáspora negra do planeta, os desafios parecem intransponíveis quando o tema é discriminação racial contra as pessoas negras e/ou originárias. Apesar de séculos de lutas e de algumas conquistas, o racismo continua presente na estrutura cotidiana das nossas sociedades. Em todos os países da região, os contextos socioculturais mudam, mas a realidade negra é a mesma, de exclusão, extermínio e apagamento. Mas é importante destacar que não se trata de um fenômeno natural, mas sim, de um projeto político orientado a negligenciar as identidades negras (SEGATO, 2010).

Um grande número de países Latino-americanos, após o período escravocrata, adotaram por meio de ações estatais políticas de branqueamento de suas nações, com o objetivo de promover o apagamento e exclusão dos/as negros/as de suas populações, como é o caso do México, país escolhido para esse estudo, que tem materializado em sua história o protagonismo

de negros/as africanos/as e descendentes, que foram excluídos dos relatos oficiais. O país deixou de registrar a população, com distinção entre raças, ou castas (negros, brancos, indígenas, mestiços e etc.), categorizando, simplesmente, como mexicanos.

Em setembro de 1810 o líder rebelde Miguel Hidalgo proclamou a abolição das distinções de casta: aos mexicanos "não se nomearão em condição de índios, mulatos nem outras castas senão todos geralmente americanos". [...] Em 1821, o comandante mexicano do exército espanhol, composto em grande parte por praças também mexicanas, decidiu proclamar a independência do México do domínio espanhol [...] propôs um acordo: nem a abolição da escravidão nem a reforma agrária propostas por Morelos seriam promulgadas, mas o Regime de Castas iria realmente terminar: "Todos os habitantes da Nova Espanha, sem qualquer distinção entre europeus, africanos e indígenas são cidadãos [...] com opção a todo emprego segundo seus méritos e virtudes". (ANDREWS, 2007, p. 119).

Nesse registro, nota-se que uma iniciativa de promoção de igualdade entre raças, acabou se transformando em um mecanismo de apagamento dessas, a encargo do próprio Estado, e que perdura até os dias atuais. Em 1800, a população mexicana era de 6.122.000, sendo a parcela negra superior a 10%, ou seja, 635.000 pessoas de ascendência africana. Desse contingente populacional, 625.000 eram negros/as livres e 10.000 escravizados. Além disso, 704.000 eram mestiços, 1.107.000 brancos e 3.676.000 indígenas (ANDREWS, 2007).

A mestiçagem na população mexicana se deu principalmente entre negros/as e indígenas, característica que ainda está presente na população desse país. Nesse aspecto, Andrews (2007, p. 31) destaca que “sejam quais forem as razões, o resultado foram novas sociedades "mestiças" fundamentadas na mistura de raças: no México, segundo José Vasconcelos, uma "raça cósmica" com base na miscigenação”.

Não existem dados da população negra do México do século XX, pelo menos não nas fontes consultadas para essa pesquisa. Em 2000, quando são resgatadas novamente as informações sobre os/as afro-mexicanos/as, os dados mostram que eles/elas representam entre 0 e 4% da população total. Cabe ressaltar que esses detalhes populacionais não foram levantados pelo Estado, são resultados de investigações de pesquisadores/as interessados/as pelo tema, como William Nelson e George Reid Andrews.

Em 2015, pela primeira vez em quase 200 anos, desde o fim da abolição da escravatura oficial, que no México se deu em 1829, e decisivamente por força da resistência da comunidade negra do país, o *Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI)*, órgão estatal fundado em 1983, inclui os/as negros/as como categoria racial. E de acordo com os dados censitários,

há uma diminuição considerável na quantidade da população que se autorreconhece negra, de pouco mais de 10% em 1800 a 1.2% em 2015.

No entanto, é necessário considerar que em 1800 a população mexicana era de 6.122.000, e em 2015, o México registra um contingente populacional de 119.530.753 de pessoas. Ainda assim, em números exatos, os afro-mexicanos/as são extremamente representativos em termos populacionais, considerando que a resistência desse grupo étnico se deu em uma sociedade onde foram invisibilizados por séculos.

Países que no ano 1800 tinham uma maioria de negros e mulatos- como Brasil, Cuba e Porto Rico- até 1900 ou 2000 não eram mais assim. Outros países que no ano 1800 faziam parte da América Afro-Latina- como Argentina, México e Peru - até 1900 ou 2000 não faziam mais parte da região, pois suas populações de negros e mulatos caíram abaixo do limiar de 5%. Isto não significa que *as* pessoas de ascendência africana tenham desaparecido desses países ou deixado de existir. Na verdade, seus números absolutos podem até serem maiores atualmente do que eram em 1800 (embora a falta de dados raciais do censo nesses países impossibilite provar este ponto). E embora, por exemplo, o México e o Peru como um todo não se qualifiquem mais para a inclusão na América Afro-Latina, sub-regiões específicas em que as populações negras permanecem pesadamente concentradas - como os Estados costeiros de Veracruz e Guerrero, no México, e Ica, no Peru- ainda *se* qualificam (ANDREWS, 2007, p. 30/31).

Andrews (2007, p. 30/31) reforça que parte da explicação para esse declínio da representação proporcional da população negra, que ocorreu em toda a região pode ser encontrada em causas materiais, como “índices de morte mais elevados e menores expectativas de vida para os negros que para os brancos, a imigração europeia para a região e outros fatores”. Mas ressalta ainda, que essa diminuição sistemática teve também causas culturais. Acrescentamos que fatores políticos, igualmente, tiveram papel fundamental nesse processo de branqueamento da população.

Conforme aponta Andrews (2007), e confirmado pelo censo populacional do INEGI em 2015, o Estado de Guerrero, localizado no sudoeste mexicano, possui o maior contingente de afrodescendentes do país. São 229.5 mil pessoas que se reconhecem negras, de um total de 3.533.251, o que representa 6.5% da população desse Estado, onde a etnia indígena é predominante.

Nesse sentido, temos como objetivo estudar os aspectos históricos e a conformação política, social e cultural da população afro-mexicana, tomando como recorte à população do Estado de Guerrero, localizados na costa oeste mexicana, que possuem o maior percentual de negros/as em seu contingente populacional (6.5%), a partir da análise dos dados censitários do

Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI) de 2015. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e os aportes da metodologia qualitativa-quantitativa no material levantado

O México na diáspora afro-latina

Ao longo dos séculos, a América Latina passou por diversos processos de transformações, os mais significativos (e violentos na mesma medida), tiveram início com a invasão dos impérios europeus na região, a partir de 1492. Esse processo se encarregou de substituir sociedades distintas, destruindo formas avançadas de organização social presentes na região como, por exemplo, as sociedades Maias, Incas, Astecas e diversos outros povos originários. Subsequente à invasão se impõe o regime escravocrata aos povos indígenas, sendo substituído posteriormente pela exploração dos povos negros trazidos da África.

A substituição de mão de obra escravizada foi consequência de um conjunto de fatores que se convergiram, entre eles, o econômico, considerando que o tráfico de escravizados/as africanos/as estava em alta na Europa, movimentando um mercado altamente lucrativo. E a América Latina recebeu o maior contingente de africanos/as escravizados/as, uma vez que a região era a principal colônia dos impérios europeus (mais especificamente, Portugal e Espanha).

Esse deslocamento populacional trouxe consequências drásticas para os povos originários da América, considerando que o território já era habitado e cultivado por povos com identidades, culturas e formas de vidas próprias, que foram obrigados a internalizar uma forma de organização social distinta, baseada na exploração predatória de recursos naturais, por meio da escravização humana. Essa constatação corrobora para a defesa de que a América Latina não foi descoberta, nem conquistada, mas sim, invadida e exaustivamente saqueada.

O modelo europeu de civilização, baseado no consumismo e na exploração de recursos naturais, subalternizou as características dos primeiros habitantes, “*que ven a la Naturaleza no como objeto, sino como sujeto vivo*” (ACOSTA, 2008, p. 08), introduzindo culturas e hábitos novos, modificando a relação que se tinha com a natureza, e subalternizando todas as características da população local. Ademais, a relação estabelecida com os povos originários, presentes na América Latina, foi de superioridade, da mesma forma que se deu com os/as

negros/as africanos/as, rotulados/as como inferiores, por conta de suas características culturais e sociais e, principalmente pela cor negra da pele.

A divisão da humanidade entre raças superiores e inferiores, abre caminho para o mais violento atentado do ser humano contra seus iguais, que é o processo escravocrata de brancos/as contra negros/as. E a América Latina se tornou o principal destino dos/as africanos/as sequestrados/as na África para serem escravizados/as. Nesse contexto histórico, a raça é erigida para justificar as atrocidades, conforme ressalta Césaire (2010):

A **raça** e o **racismo** foram erigidos pelos *não-negros* em uma *metaconsciência* totalizadora, definidora do humano em termos puramente tautológicos, maniqueístas e essencialistas, como fruto de uma *metavisão* hegemônica. A Revolução Industrial e a emergência do Capitalismo industrial as transformariam numa “consciência/extrutura” hegemônica planetária. De modo que, do século VIII aos dias atuais, o chamado Mundo Negro – principal alvo das agressões de depredações de expansionismo ocidental – nunca escapou da *noção de raça* definida fora dos seus domínios, sem a sua participação e sempre contra ele. Portanto, desde séculos atrás, a “questão racial” constituiria um dos grandes eixos de reflexão teórica e de práxis política que caracteriza a Modernidade (CÉSAIRE, 2010, p. 09).

Uma modernidade que se construiu sob bases racistas e hegemônicas, em que a branquitude detém o poder de definir quem é digno de direitos e quem não é. E onde negros/as ainda lutam para conquistar espaço e reconhecimento, dos quais apenas brancos/as usufruem. Nesse sentido, Césaire (2010, p. 09) reforça que “as lutas dos povos de pele preta, pela sua emancipação, particularmente aqueles de ascendência africana, não teriam como evita-la”. A luta dos/as negros/as era, e ainda é, sobretudo, para sobreviver no denominado “Novo Mundo”, para onde não escolheram ir/vir.

Entre os países receptores de escravizados/as, principalmente no território da costa do Oceano Pacífico, está o México, onde o regime escravocrata perdurou contra negros/as e indígenas. Chama atenção, que desde a segunda década de colonização até o século XVIII, houve um processo de dizimação drástica dos povos indígenas, que passou de 10-12 milhões para menos de 1 milhão, sendo o déficit de mão de obra escravizada, suprida pela importação de africanos/as.

No México, durante o primeiro século de colonização (1520-1620), quando a população indígena caiu de 10-12 milhões para menos de um milhão, os proprietários de escravos locais importaram cerca de 86 mil africanos. Posteriormente, durante o século XVIII - quando a população indígena começou a se recuperar, aumentando para cerca de 3 milhões em 1800 -, as importações de escravos caíram para menos de

20 mil, apesar do rápido crescimento econômico e da crescente demanda por trabalhadores" (ANDREWS, 2007, p. 43).

Os/as negros/as africanos/as e seus/suas descendentes nascidos/as na diáspora, especificamente, em território mexicano, tiveram papel significativo na construção histórica do país. A luta pela sobrevivência dos/as afro-mexicanos/as perpassava indiscutivelmente pela liberdade da condição de escravizados/as e, para isso, recorreram à rebeliões e lutas armadas, como aponta Andrews (2007, p. 65), ao afirmar que “por pouco uma revolta de escravos na Cidade do México foi prevenida em 1537, e importantes rebeliões rurais irromperam em 1546 e 1570”.

Outras rebeliões mais consistentes também insurgiram no contexto mexicano, algumas próximas de 1829, ano que marca o fim à escravização no México, terceiro país da América Latina a abolir o regime escravocrata, sendo precedido por Chile (1823) e Federação Centro-americana (1824). Em 1810, por exemplo, Miguel de Hidalgo, de ascendência afro-indígena, comandou um levante que envolveu um grande contingente de subalternizados.

No México, as hostilidades começaram com a rebelião do sacerdote Miguel Hidalgo em 1810, um levante maciço de mineiros, camponeses indígenas e *mestizos* que foram incendiando e saqueando pelas zonas mineiras ao nordeste da Cidade do México antes de serem derrotados e dispersados pelas tropas reais. Após a derrota de Hidalgo, os líderes rebeldes procuraram manter viva a insurreição, recrutando apoio entre os escravos de Vera Cruz, província localizada na costa caribenha, uma das poucas regiões do México em que os escravos constituíam uma porção significativa da força de trabalho. Circulando pelo campo e informando os escravos sobre a proposta de insurreição para a abolição da escravidão, os rebeldes convenceram centenas deles a fugir das fazendas e se unir às guerrilhas. Os escravos "dominaram as fileiras" da rebelião em Vera Cruz, sustentando uma guerra de "bate e corra" durante cinco anos contra as cidades e fazendas locais. Em 1817, os rebeldes da província finalmente cederam diante das forças maiores espanholas, aceitando anistia e depondo suas armas. Entretanto, a anistia não incluía uma cláusula para a libertação dos combatentes escravos. Concluindo que caso se entregassem voltariam à condição de escravos e seriam devolvidos a seus senhores, os rebeldes escravos refugiaram-se nas colinas e montanhas de mata fechada e continuaram a pilhar as fazendas e os comércios locais. Mesmo depois da derrota da Espanha e da conquista da independência mexicana em 1821, eles se recusaram a descer das montanhas, ainda temendo serem reescravizados. Somente quando a escravidão foi abolida, em 1829, esses escravos rebeldes finalmente puseram fim à sua guerra (ANDREWS, 2007, p. 88/89).

Essas rebeliões abriram precedentes significativos para o protagonismo posterior da população afro-mexicana. Em 1829 conduziram Vicente Guerrero ao poder e, após a sua morte em 1831, articularam juntamente com o liberal populista Juan Alvarez, a sua chegada à presidência em 1855. Alvarez foi o responsável pelo processo de reforma que resultou na

Constituição mexicana de 1857 “e com a hegemonia liberal no México, que durou do final da década de 1860 até a Revolução de 1910” (ANDREWS, 2007, p. 130).

Mesmo com toda essa contribuição à formação do Estado mexicano, os/as negros/as não tiveram suas fragilidades visibilizadas e suas necessidades sanadas, foram apagados/as da história, permanecendo aquém dos direitos constitucionais. No entanto, assim como resistiram e lutaram contra a escravização até o século XIX, fizeram o mesmo para terem sua existência reconhecida, para poder reivindicar direitos constitucionais, historicamente negados.

Para Césaire (2010, p. 108), a população negra na América Latina, mesmo com todas as adversidades se constituiu em uma comunidade. “Primeiramente, uma comunidade de opressão sofrida, uma comunidade de exclusão imposta, uma comunidade de discriminação profunda. Bem entendido, e em sua honra, ela é uma comunidade de resistência contínua, de luta tenaz, pela liberdade e de indubitável esperança”. Ainda segundo Césaire (2010), esse processo de auto-afirmação e busca por reparação aos danos históricos sofridos, são sinais concretos do fortalecimento de uma característica essencial da população negra, que é a Negritude.

Com a Negritude, era iniciado um empreendimento de reabilitação dos nossos valores por nós mesmos, de aprofundamento sobre o nosso passado por nós mesmos, do reenraizamento de nós mesmos em uma história, uma geografia e uma cultura. Tudo isso se traduzindo não por uma valorização arcaizante do passado, mas por uma reativação do passado, tendo em vista o seu próprio distanciamento (CÉSAIRE, 2010, p. 110).

Esse reenraizamento à ancestralidade foi fundamental para a construção de uma identidade negra compartilhada, que permitiu a sobrevivência através do tempo, e até mesmo às investidas para seu apagamento. E a cultura tem papel primordial nesse processo, porque permanece viva nas memórias históricas que são herdadas de gerações anteriores. Para Hall (2003), “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2003, p. 35/36).

Nesse contexto, Hall (2003, p. 41) explica também, que há um fator decisivo e racional que explica a resistência da negritude: a África. “A África é o significante, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim”.

No caso mexicano, a política de apagamento racial desconsidera os fatos históricos vividos por essa nação. Mas a historiografia nos ajuda com dados a comprovar que o aparente

equivoco na fala da mexicana que nos recebeu durante o intercâmbio é, na realidade, efeitos de um projeto de branqueamento. De acordo com Andrews (2007), em 1800 Brasil (1.305.000 - 67%), México (635.000 - 10%) e Venezuela (552.000 - 61%) possuíam os maiores contingentes populacionais negros da região.

Para Rita Segato (2010) a aversão das elites brancas, que ocupam o poder nas nações latino-americanas, aos/às negros/as que sobreviveram à escravidão, não se dá por conta da crueldade que esse processo representa na história humana, mas sim, porque os corpos negros são memórias vivas dos horrores escravocratas provocados pela branquitude conduzida pelo *modus* de operar do colonialismo europeu. Segundo ela, o signo racial no corpo mestiço é indício da posição que esse ocupou na história, e fala também sobre “su lugar en el tiempo, su situación en el mundo, la geografía que le es propia” (SEGATO, 2010, p. 27).

Uma estratégia também adotada pelos países da região para apagar a Negritude de suas populações foi a retirada do recorte de raça dos censos populacionais. Como é o caso do México aqui apresentado, que entre 1800 e 2015 não adotou a contagem racial no país (ANDREWS, 2007). Um problema grave para os/as afrodescendentes, considerando que, quando o Estado nega essa existência, elimina junto as possíveis justificativas para criação de políticas públicas de amparo a esse grupo racial excluído.

Com essas medidas, as sociedades latino-americanas adotaram uma “caricatura branca” ou uma “branquitude falseada”, produzindo um paradoxo racial, em que, de um lado a negritude salta até aos olhos menos atentos, mas do outro, é a branquitude que povoa a nossa mentalidade, inclusive, daqueles que carregam o “signo racial”. E com isso, “al continente le cuesta hablar del color de la piel y de los trazos físicos de sus mayorías” (SEGATO, 2010, p. 18). O debate racial voltado para a Negritude é interdito, enquanto as “máscaras brancas” maquiagem a realidade, ainda que não se sustentem ao mais sensível sopro do imperialismo.

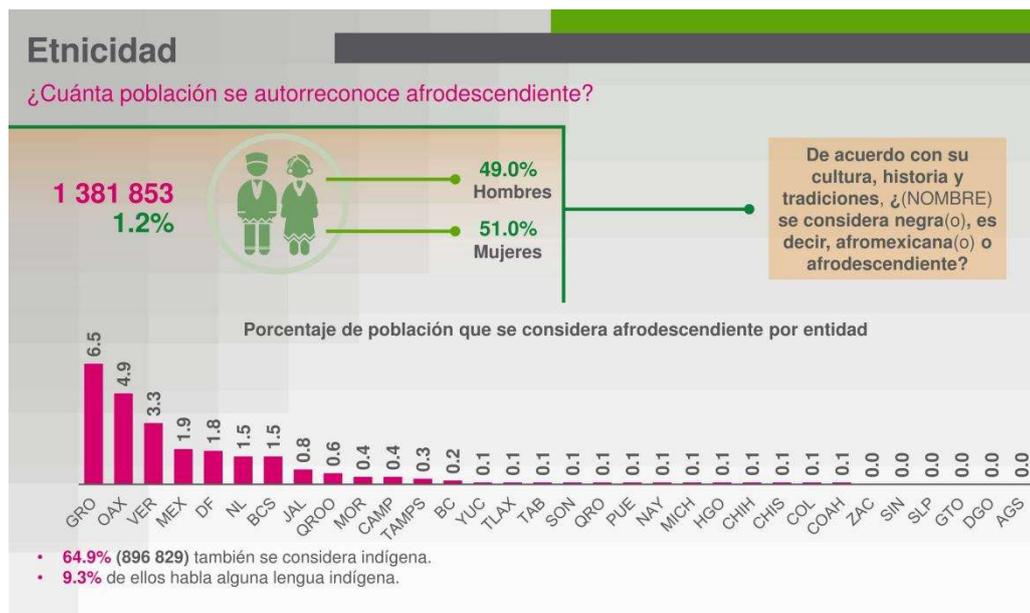
Para Césaire (2010, p. 108), a população negra na América Latina, mesmo com todas as adversidades se constituiu em uma comunidade. “Primeiramente, uma comunidade de opressão sofrida, uma comunidade de exclusão imposta, uma comunidade de discriminação profunda. Bem entendido, e em sua honra, ela é uma comunidade de resistência contínua, de luta tenaz, pela liberdade e de indubitável esperança”.

Resistência e reconhecimento dos/as afro-mexicanos/as

A displicência e o esquecimento proposital dos Estados Unidos Mexicanos para com sua população de origem afro, fato comum em outros estados da América Latina, exigiu dessa parcela populacional uma militância firme para que sua existência fosse registrada e reconhecida. E há resultados expressivos. O *Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI)* foi forçado pela militância negra do país a incluir os/as negros/as como categoria racial. Registrando assim, a população que se autorreconhece afrodescendente, que corresponde a 1.381.853 ou 1.2% da população nacional.

Para registrar a população etnicamente identificada como negra, o INEGI formulou a seguinte pergunta: “*De acuerdo con su cultura, historia y tradiciones, ¿(NOMBRE) se considera negra(o), es decir, afromexicana(o) o afrodescendiente?*”. O resultado obtido com as respostas aparece no gráfico a seguir.

Gráfico 01: População que se autorreconhece afrodescendente



Fonte: *Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI)*, 2015.

A população mexicana que se considera afrodescendente é 1.2% de um total de 119.530.753 pessoas. A porcentagem em números exatos é equivalente a 1.381.853, sendo 51% mulheres e 49% homens. Chama atenção que desse total, 64,9% (896.829) também se considera indígena e 9.3% deles/delas falam alguma língua indígena. Os três Estados que possuem o maior percentual de negros/as em seus contingentes populacionais são: Guerrero (6.5%), Oaxaca (4.9%) e Veracruz (3.3%).

Os Estados de Guerrero e Oaxaca concentram o maior percentual da população negra do México na atualidade. Ambos estão localizados na costa oeste do país, banhada pelo Oceano Pacífico. O Estado de Veracruz, que já foi o detentor da maior população negra mexicana, está localizado no sudeste, tendo o litoral banhado pelo Oceano Atlântico. Essas características geográficas contribuíram para a constituição étnica desses Estados. Os territórios litorâneos eram utilizados pelos traficantes para levar escravizados dos países escravocratas, uma vez que apresentavam as condições para atracar os navios negreiros.

O censo do INEGI 2015 revelou também, que 21.5% dos mexicanos se consideram indígenas. Em muitos Estados do país, esse percentual é superior à média nacional. Em Oaxaca a porcentagem é de 65.7%, Guerrero 33.9% e Veracruz 29.3%. Esses dados chamam atenção porque a mestiçagem no México se deu principalmente entre negros e indígenas. Mas o queremos destacar com eles, é o fato de quase 65% dos/as afro-mexicanos/as também se considerarem indígenas. Isso ocorre porque os indígenas desse país são reconhecidos pela Constituição Mexicana, que lhes garante políticas públicas específicas.

A seguir, no gráfico 02, trazemos os dados censitários que apresentam a média da escolaridade da população afro-mexicana, em comparação com a média nacional, destacando a diferença de instrução entre homens e mulheres.

Gráfico 02: Média de escolaridade da população que se reconhece afrodescendente



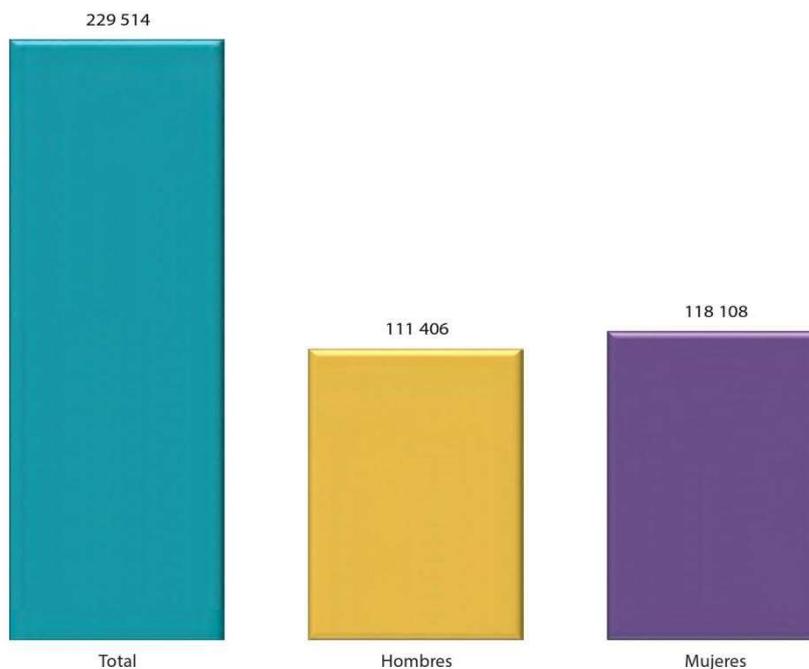
Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI), 2015.

Os/as afro-mexicanos/as estudam em média 8.9 anos, enquanto que a média nacional é de 9.1 anos. Os homens estudam mais que a mulheres nos dois casos. Entre os/as afro-descendentes, eles estudam 9.2 anos contra 8.7 anos delas. Quando consideramos os dados nacionais a diferença é menor, mas as mulheres continuam perdendo de 9.3 contra 9.0 anos de escolaridade.

Como percebemos, a média de escolaridade entre os/as afro-mexicanos/as, embora não seja das mais baixas, quando comparamos com números de outros países da América Afro-Latina, é inferior a da média nacional, e quando fazemos o recorte de gênero, as mulheres negras saem em desvantagem em todos os casos. A escolaridade é menor que a média de sua categoria racial (8.9), dos homens negros (9.2), e em comparação com os dados dos homens (9.3) e das mulheres (9.0) da media nacional.

O gráfico 03 se refere, especificamente, aos dados da população do Estado de Guerrero, no que diz respeito a sua autodescrição afrodescendente. O censo do INEGI buscou identificar, perguntando “*si por su cultura, historia o tradiciones se considera afromexicana o afrodescendente*”.

Gráfico 03: População que se autorreconhece afrodescendente no Estado de Guerrero



Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI), 2015.

O Estado de Guerrero tem 3.533.251 de habitantes, e possui a maior quantidade de afro-mexicanos/as do país. São 229.514 mil pessoas autodeclaradas negras, o que corresponde a 16,6% do total de negros/as do país. A nível estadual, essa quantidade representa 6.5% da população, o que, segundo Andrews (2007), caracteriza a entidade federativa como pertencente da América Afro-Latina. Por sexo, há mais mulheres que se declaram dessa população (118.108 mil), que homens (111.406 mil).

Além disso, cabe destacar que em Guerrero são 1.198,362 milhões de pessoas que se autorreconhecem indígenas, as quais representam 33.9% da população do Estado. E, também, o número de mulheres dessa categoria racial (625.435 mil) é maior que o de homens (572.927 mil). Embora a população indígena não seja o foco da nossa investigação nesse trabalho, merece destaque porque suas histórias possuem muitos pontos de convergência com a dos/as afro-mexicanos/as.

Considerações finais

Avaliando os sentidos implicados na afirmação de minha anfitriã mexicana, de que seu país não havia explorado mão de obra escrava de pessoas negras, acredito que essa percepção se deve ao violento apagamento do processo escravocrata da história mexicana e da invisibilidade de descendentes de africanos/as que resistiram através do tempo no país nortista. E que hoje lutam para serem reconhecidos/as e reparados/as pelos danos que sofreram, por terem tido seus ancestrais arrancados/as de sua terra mãe – África – e escravizados/as no México, país que no século XIX tinha o segundo maior contingente de negros/as, entre livres e escravizados/as, atrás apenas do Brasil.

Nesse sentido, essa investigação, além de possibilitar desfazer essa percepção errônea sobre a história do povo negro mexicano, nos permite contribuir para os estudos da América Afro-Latina, a partir de uma abordagem tanto histórica, como atual. Foi possível constatar também, que os/as afro-mexicanos/as apresentam uma característica particular na sua constituição étnica, evidenciada pelos censo do *Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI)*, em 2015, que é o sentimento de pertencimento a mais de um grupo étnico.

Conforme os dados do INEGI, a população negra autodeclarada no México é minoria numérica, o que não significa que seja menos marginalizada, padecendo de altas taxas de analfabetismo, desemprego, pobreza e violência, ademais de ser objeto de discriminação e

racismo. Nesse aspecto, enfatizamos ser fundamental a criação de programas sociais e políticas públicas a favor dos/as afro-mexicanos/as, como forma de defesa e valorização de sua identidade étnica, integridade humana e em respeito aos seus direitos humanos.

Outro ponto que cabe reforçar, é que, assim como no Brasil e em diversos outros países da América Latina, não há dúvidas que o número de pessoas descendentes de africanos/as no México é consideravelmente superior ao registrado pelo censo do INEGI em 2015. E são vários os motivos para essa constatação. Um deles é que, declarar-se negro/as em uma sociedade racista não é das atitudes mais cômodas, principalmente quando o próprio Estado cria subterfúgios aos quais essas pessoas podem recorrer para evitar o “carma” que assumir-se negro/a gera.

Mesmo com o longo processo de luta e as fissuras provocadas no sistema racista, a estrutura social se mantém quase inabalada. Mas isso não se deve apenas a questões pontuais, mas sim, porque a negritude é a memória viva da história que muitos gostariam que fosse apagada. O ódio racial e, como consequência, as investidas pela eliminação da negritude, é motivado por um desejo branco de maquiagem a tragédia que provocaram, escravizando outros seres humanos, e o significado que isso tem para a humanidade até hoje.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. **El «buen vivir» para la construcción de alternativas**. Transcripción de la conferencia dictada em la clausura del Encuentro Latinoamericano del Foro Mundial de Alternativas, realizado en Quito del 26 al 29 de febrero de 2008. Revista Casa de las Américas No. 251, Quito, 2008.

ANDREWS, G. R. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Trad. Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude**. Carlos Moore (Org.). Coleção Vozes da Diáspora Negra, Vol. 03 – Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ENCUESTA Intercensal 2015. **Principales resultados de la Encuesta Intercensal 2015**. México/ Instituto Nacional de Estadística y Geografía. México: INEGI, 2015.

ENCUESTA Intercensal 2015. **Principales resultados de la Encuesta Intercensal 2015**: Guerrero/ Instituto Nacional de Estadística y Geografía. México: INEGI, c2015.

HALL, S. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). *In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros

SEGATO, R. L. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje.
Revista Crítica y Emancipación. Año 2. Nº 3. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2010.